

**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO**

Secretaria de Inspeção do Trabalho  
Grupo Especial de Fiscalização Móvel  
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

**Empresa: Gran Sapore BR Brasil S.A.**

**CNPJ:** [REDACTED]

**CNAE:** [REDACTED]

**Local da Prestação de Serviços:**

- Usina São Tomé S/A,  
CNPJ: [REDACTED] – São Tomé /PR.
- Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda – CNPJ:  
[REDACTED] – Tapejara:PR.

**ATIVIDADE PRINCIPAL:** Restaurante e Similares, fornecimento de refeições aos trabalhadores das Usinas São Tomé e Santa Terezinha.

**ATIVIDADE FISCALIZADA:** Restaurante.

**PERÍODO:** de 16.03.2009 a 26.03.2009.

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

## ÍNDICE

A.	EQUIPE.....	03
B.	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR .....	04
C.	DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO:	
	C.1 – São Tomé .....	04
	C.2 – Tapejara .....	05
D.	RELAÇÃO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS .....	05
E.	RESUMO DAS CONDIÇÕES CONSTATADAS:	06
	E.1 – Não Concessão descanso semanal remunerado .....	06
	E.2 – Irregularidades nos contratos temporários .....	06
	E.3 – Desvio de função .....	07
	E.4 – Prorrogação da jornada diária para além de duas .....	07
	E.5 – ASO sem conteúdo mínimo .....	07
	E.6 – Exame médico realizado pro profissional não capacitado .....	08
	E.7 – Não remuneração do trabalho insalubre .....	08
F.	CONCLUSÃO .....	09

## ANEXOS

1.	Cópia dos Autos de infração Lavrados. ....	
----	--	--

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

## A. EQUIPE

### MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

[REDACTED] Coordenadora	Auditora Fiscal do Trabalho	CIF [REDACTED]
[REDACTED] Sub-Coordenadora	Auditora Fiscal do Trabalho	CIF [REDACTED]
[REDACTED]	Auditor Fiscal do Trabalho	CIF [REDACTED]
[REDACTED]	Auditora Fiscal do Trabalho	CIF [REDACTED]
[REDACTED]	Auditor Fiscal do Trabalho	CIF [REDACTED]

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Não Participou

### POLÍCIA FEDERAL

[REDACTED]	Agente da Polícia Federal	16 a 26.03.09
[REDACTED]	Agente da Policia Federal	16 a 26.03.09
[REDACTED]	Agente da Polícia Federal	16 a 26.03.09
[REDACTED]	Agente da Polícia Federal	16 a 22.03.09
[REDACTED]	Agente da Polícia Federal	16 a 22.03.09
[REDACTED]	Agente da Polícia Federal	22 a 26.03.09
[REDACTED]	Agente da Policia Federal	22 a 26.03.09

**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO**

**B. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR**

- 1) **Período da ação:** 16 a 26.03.2009.
- 2) **Empregador:** Gran Sapore BR Brasil S.A.
- 3) **CNPJ:** [REDACTED]
- 4) **Endereço:** Av. Mal. [REDACTED], [REDACTED] – Parte – Porolín – Curitiba – PR. CEP. [REDACTED]
- 5) **CNAE:** [REDACTED]
- 6) **Local da Prestação de Serviços:**  
Usina São Tomé S/A, CNPJ: [REDACTED] – São Tomé /PR.  
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda – CNPJ: [REDACTED] – Tapejara:PR.

**C. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO**

**C.1 - Local da Prestação de Serviços:**

Usina São Tomé S/A, CNPJ: [REDACTED] – São Tomé /PR.

1)	EMPREGADOS ALCANÇADOS:	14
2)	REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL:	00
3)	RESGATADOS:	00
4)	VALOR BRUTO DA RESCISÃO:	00
5)	VALOR LÍQUIDO RECEBIDO:	00
6)	NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:	06
7)	TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA:	00
8)	NÚMERO DE MULHERES:	14
9)	MENORES:	00
10)	NÚMERO DE CTPS EMITIDAS:	00
11)	NÚMERO DE CAT EMITIDAS:	00
12)	GUIAS SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00



**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO**

**C.2 - Local da Prestação de Serviços:**

Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda – CNPJ: [REDACTED] –  
Tapejara:PR.

1)	EMPREGADOS ALCANÇADOS:	10
2)	REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL:	00
3)	RESGATADOS:	00
4)	VALOR BRUTO DA RESCISÃO:	00
5)	VALOR LÍQUIDO RECEBIDO:	00
6)	NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:	04
7)	TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA:	00
8)	NÚMERO DE MULHERES:	10
9)	MENORES:	00
10)	NÚMERO DE CTPS EMITIDAS:	00
11)	NÚMERO DE CAT EMITIDAS:	00
12)	GUIAS SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00

**D. RELAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS:**

	Nº do AI	Ementa	Descrição	Capitulação
1	01923030-3	[REDACTED]	Providenciar a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional sem o conteúdo mínimo previsto na NR-7.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.4.3 da NR-7, com redação da Portaria nº 08/1996.
2	01923031-1	[REDACTED]	Submeter os trabalhadores a exames complementares que não sejam realizados por profissional ou entidades devidamente capacitados, equipados e qualificados para a sua realização.	art. 157, inciso I, da CLT, c/c item 7.3.2, alínea "b", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.
3	01923032-0	[REDACTED]	Deixar de remunerar o exercício do trabalho em condições de insalubridade com o adicional correspondente.	art. 192 da CLT, c/c item 15.2 da NR-15, com redação da Portaria nº 3.214/1978.
4	01923048-6	[REDACTED]	Prorrogar a jornada normal	art. 59, caput c/c art. 61,

**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO**

			de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal.	da Consolidação das Leis do Trabalho.
5	01923049-4		Deixar de conceder ao empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.	art. 67, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
6	01923050-8		Deixar de conceder ao empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.	art. 67, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
7	01923052-4		Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
8	01923053-2		Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.	art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho.
9	01923054-1		Manter incompletas as anotações referentes ao empregado no livro, ficha ou sistema eletrônico de registro.	art. 41, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.
10	019230516		Manter incompletas as anotações referentes ao empregado no livro, ficha ou sistema eletrônico de registro.	art. 41, parágrafo único, da Consolidação das Leis do Trabalho.

**E - RESUMO DAS CONDIÇÕES CONSTATADAS:**

**E.1 - Constatamos não concessão de descanso semanal remunerado;**

**E.2 - Contratos de trabalho temporário cuja fundamentação, acréscimo extraordinário de serviço, não corresponde à realidade:**

Resumo das refeições fornecidas no período de janeiro/2008 a



# **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

fevereiro/2009 apresentado pela Usina São Tomé S/A demonstra que nos meses de safra, que se estende de março a dezembro, são servidas em média 12.264 refeições mensalmente, sendo que no período de abril a outubro, a média é de 14.033 refeições. O motivo nos quais os contratos foram fundamentados aumento extraordinário de serviços não são, portanto, verdadeiros,

Na Usina Santa Terezinha o resumo das refeições fornecidas no período de janeiro/2008 a fevereiro/2009 demonstra, contudo, redução do número de refeições servidas em dezembro/2008, mês da contratação das trabalhadoras contratadas. [REDACTED] gerente do restaurante, declarou também que as empregadas foram contratadas como temporárias para fazerem experiência. Os contratos em tela também estão com o prazo de vigência, de 90 dias, expirado.

## **E.3 - Cozinheiras registradas como auxiliares de cozinha ou de serviço.**

Em ambas as cozinhas São Tomé e Tapejara, as cozinheiras estavam registradas como auxiliares de serviços ou oficial de serviços, e fora constatado pela fiscalização que as mesmas exerciam as funções de cozinheiras. Esta forma de contratar com desvio de função trazia prejuízos financeiros as mesmas, uma vez que o salário pago para as cozinheiras é superior ao pago às auxiliares. Prejuízo também em relação a experiência profissional, pois as mesmas não tem como provar o exercício da atividade em uma futura proposta de emprego.

## **E.4 – Prorrogar a jornada normal de trabalho, além do limite legal de 2 (duas) horas diárias, sem qualquer justificativa legal.**

## **E.5 - Providenciar a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional sem o conteúdo mínimo previsto na NR-7.**

Constatamos durante a análise dos atestados de saúde ocupacional - ASO, que nenhum risco inerente à atividade foi colocado no ASO, embora no PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e no PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional constem diversos riscos na atividade realizada na cozinha. É vital o reconhecimento do risco no ASO, cuja segunda via, entregue ao trabalhador, mostra a que riscos está submetido. Nessa situação irregular encontramos os ASO periódico.

# **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

## **E.5 - Submeter os trabalhadores a exames complementares que não sejam realizados por profissional ou entidades devidamente capacitados, equipados e qualificados para a sua realização.**

Constatamos durante a análise dos documentos, que no PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, o médico coordenador, não determinou os profissionais que realizariam as avaliações clínicas dos trabalhadores e os laboratórios que seriam responsáveis pela realização dos exames complementares exigidos para a atividade.

## **E.6 - Deixar de remunerar o exercício do trabalho em condições de insalubridade com o adicional correspondente.**

Constatamos durante a análise dos documentos que as trabalhadoras da cozinha situada na Usina São Tomé em São Tomé/PR, não recebem o adicional de insalubridade de 20 (vinte) % por calor. Embora a medição apresentada no Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA 01/2009, à página 13, tenha medido uma exposição ao calor de 34,7°C, muito acima do limite de tolerância permitido para uma atividade moderada.



**MINISTÉRIO  
DO TRABALHO  
E EMPREGO**

**F – CONCLUSÃO:**


Empresa fiscalizada em razão de prestar serviços às empresa Usina São Tomé S/A e Usina Santa Terezinha Ltda, Usinas cuja fiscalização se realizava, e cuja Gran Sapore é fornecedora de refeições, utilizando as dependências das cozinhas industriais das Usinas.

As irregularidades constatadas durante a ação fiscal foram objeto de lavratura de autos de infração conforme relação dos autos acima descritos.

Não caracterizamos trabalho análogo à escravo.

É o relatório.

Brasília, 31 de março de 2009.

  
Coordenadora  
CIF 